

Os números da esperança

Os indicadores econômicos conhecidos até aqui já permitem avaliar o ano de 1999: é, sem qualquer dúvida, o pior desde que o real foi lançado, em julho de 1994. Raras vezes se terá produzido uma combinação tão perversa como a verificada nos últimos meses: desvalorização selvagem da moeda, forte aumento da dívida pública, juros nas alturas, recessão e inflação, isso tudo com o governo limitando gastos e aumentando impostos.

Ainda que faltassem indicadores para 2000, já se poderia concluir, pelo senso comum, que o próximo ano será melhor. Nem com muito azar seria possível produzir uma conjuntura pior do que a de 1999. Entretanto, há diversos sinais sugerindo perspectivas concretamente melhores para a entrada do milênio.

A variável principal é a taxa de juros. Em março deste ano, a taxa básica chegou a imagináveis 45% ao ano. Esse nível, além de inviabilizar qualquer financiamento ao setor privado, também piora as contas públicas, já que o governo, para rolar sua dívida, tem de pagar aqueles juros.

Hoje, a taxa básica é de 19%, com perspectiva de queda até o final do ano. Se cair pouco e mesmo que não caia, a taxa de juros média para este ano ficará em torno de 26% a 27%. Já no próximo ano, mesmo se o Banco Central aplicar apenas reduções moderadas e prudentes, a taxa do período facilmente ficará na faixa dos 16% a 17% ao ano.

Ainda será elevada, mas os 10 pontos porcentuais a menos farão uma diferença enorme quando aplicados a uma dívida pública ao redor dos R\$ 500 bilhões.

Além disso, a própria dívida poderá sofrer alguma redução, num movimento inverso ao desse ano. A desvalorização do real elevou a dívida pública de duas maneiras. No que se refere à dívida externa, o governo passou a precisar de mais reais para pagar a mesma quantidade de dólares devida no exterior. Ou seja, aumentou a expressão em reais da dívida externa. Mas aumentou também a dívida interna, por causa dos títulos públicos indexados ao dólar.

Se em 2000 a cotação se estabilizar num valor médio abaixo da verificada em 1999, combinando-se isso com a redução da taxa básica de juros, a conta de juros poderá ser equivalente à metade da registrada neste ano. Só até agosto último, a conta de juros chegou a R\$ 110 bilhões.

É possível que a taxa de juros caia e a cotação do dólar fique um pouco abaixo da deste ano? Para a maioria dos analistas, a resposta é positiva. No caso da taxa de juros, o que se discute é se poderá ou não ficar abaixo dos 16%, mas este nível já produz uma economia substancial. O Banco Central só precisaria aplicar taxas mais



altas no caso de um forte descontrole da inflação ou de uma crise externa muitíssimo grave – situações que não estão previstas nem nos cenários mais pessimistas.

Quanto à taxa de câmbio, o fator decisivo para bloquear o processo de desvalorização do real será o superávit no comércio externo, determinado pelo aumento das exportações. E

há sinais fortes de que as exportações começam a se recuperar. Aliás, tivemos aqui outro dos desastres deste período, como se os demais não bastassem: em 1999, os preços dos principais produtos brasileiros de exportação chegaram ao mais baixo nível em 20 anos. Já estão se recuperando. Com os dólares das exportações e com menos pagamentos externos no ano que vem, a cotação do dólar poderá se estabilizar, sendo possível até alguma valorização do real.

Com base nos fatores considerados até aqui, portanto, o quadro muda substancialmente. Juros e dívida pública mostram tendência firme de queda. A desvalorização do real pode ser substituída por alguma valorização. As exportações sobem.

Restam recessão e inflação. No primeiro item, todos os analistas esperam algum cres-

cimento para 2000. A média das previsões fica em 3% do Produto Interno Bruto. A inflação, que deve terminar este ano ao redor dos 8% (preços ao consumidor), provavelmente cairá um pouco.

O cenário pode ser assim resumido: o ano de 2000, se comparado a 1999, será um alívio extraordinário.

Isso tem consequências políticas e influencia as expectativas. Assim como a popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso a níveis baixíssimos, com o estado de ânimo do País entre desesperan-

çado e desanimado, prejudicou a administração da política econômica, a melhora no ambiente poderá dar novo fôlego ao governo.

A recuperação da economia é quase inevitável. Mesmo que o governo não faça nada, mesmo que o Congresso não vote mais nada de importante, as forças econômicas estão a caminho para melhorar a situação no próximo ano. Agora, se ficaremos nisso, à espera de um recuo, ou se o momento será aproveitado para um novo impulso, isso, sim, depende da capacidade política do governo, do Congresso e da sociedade.

Mesmo sem novas medidas, a recuperação econômica é possível